

## **“AS OBREIRAS DO PORVIR”:** a Sociedade Ave Libertas e o repertório de mulheres abolicionistas na cidade do Recife (1884-1888)

Tássia Fernandes Carvalho Paris de Lima<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

O artigo aqui apresentado discorre sobre o repertório político de mulheres dentro do movimento abolicionista da cidade do Recife, entre 1884 a 1888, com a análise da Sociedade Abolicionista Ave Libertas. Esta associação foi a única de caráter abolicionista a ser exclusivamente fundada e composta por mulheres no Recife. Como fontes, em decorrência do contexto de pandemia da COVID-19 em que o trabalho foi desenvolvido, utilizei principalmente periódicos, referenciados no corpo do texto e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Neste artigo, me concentro na análise da formação do repertório específico da Ave Libertas, com o objetivo de evidenciar o papel de destaque desta sociedade e de suas sócias na rede abolicionista recifense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abolicionismo; Ave Libertas; História das Mulheres; Recife; Mulheres na Política.

“AS OBREIRA DO PORVIR”: the ave libertas society and the repertoire of  
abolitionist women in Recife (1884-1888)

### **ABSTRACT:**

This paper discusses the political repertoire of women within the abolitionist movement in Recife, between 1884 and 1888, with the analysis of the Ave Libertas Abolitionist Society. This association was the only abolitionist society to be exclusively founded and composed of women in the city of Recife. This research was developed during the COVID-19 pandemic. For this reason, as sources, I mainly used periodicals, referenced throughout this analysis and available in Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. The article focuses on the analysis of the formation of the specific repertoire of Ave Libertas, with the aim of highlighting the prominent role of this society and its partners in the Recife abolitionist network.

**KEYWORDS:** Abolitionism; Ave Libertas; Women's History; Recife; Women in Politics.

---

<sup>1</sup> Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande, <http://lattes.cnpq.br/2348073332529151>, [tassiafernandesparis@gmail.com](mailto:tassiafernandesparis@gmail.com)

O artigo aqui apresentado é fruto da minha dissertação de mestrado, intitulada “Almas Grandes, Corações Generosos: A Sociedade Abolicionista Ave Libertas - Recife, 1884-1888”, defendida em setembro de 2022 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande. Essa pesquisa se iniciou ainda na graduação, com a análise de ações de liberdade impetradas por escravizados e escravizadas na cidade do Recife, baseados nas brechas abertas pela Lei do Ventre Livre na escravização no Brasil. Ao analisar esses processos, me deparei com uma verdadeira rede de liberdade, como denomina em sua obra “Visões da Liberdade” o historiador Sidney Chalhoub. E essa rede me incentivou a pesquisar quem eram aquelas pessoas: advogados, juízes, associações abolicionistas, testemunhas, estas últimas, na maioria das vezes, libertos ou africanos livres. Na pesquisa de especialização em História da África, me ative aos africanos livres do Arsenal da Marinha de Pernambuco. Na pesquisa realizada durante o mestrado em História, me concentrei nas associações abolicionistas, em especial na análise da única instituição exclusivamente feminina do abolicionismo recifense: a Sociedade Abolicionista Ave Libertas.

A reunião de fundação da sociedade em questão ocorreu no dia 20 de abril de 1884, na sede da Sociedade Nova Emancipadora, uma das maiores associações abolicionistas do Recife (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 91, 1884, p. 3). Na sessão de fundação da Ave Libertas, as sócias presentes elegeram uma mesa diretora interina: Odila Pompílio como presidente, Maria Albertina Pereira do Rego como 1ª secretária, Isabel Mendes Peres, como 2ª secretária, e Leonor Porto como tesoureira. Além da mesa diretora, foi eleita a comissão que seria responsável pela elaboração do estatuto da sociedade, sendo essa comissão composta pelas seguintes sócias: Urcicisa Alcoforado, Maria de Carvalho Moura, Lucinda de Vasconcellos, Ernestina Palmyra Lopes de Barros e como relatora Rita Uchoa Gomes de Mattos. Além destas senhoras, também estavam presentes na primeira reunião da associação Flora

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Guedes Alcoforado, Elvira Ramos, Julitta Mello e Corbiniana Guedes Alcoforado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 91, 1884, p. 3).

Com relação às componentes da primeira mesa diretora da Sociedade Ave Libertas, a primeira presidente, Odila Pompílio, já se destacava na luta abolicionista, não só como líder de uma associação, mas também como benemerita de outras sociedades, como por exemplo o Club Libertador Ferreira França (JORNAL DO RECIFE, ed 216, 1884, p.1). Odila fez parte da Sociedade Nova Emancipadora e era casada com outro sócio desta associação, o cirurgião-dentista Numa Pompílio.

Maria Albertina Pereira do Rego, uma das principais oradoras da Sociedade Ave Libertas, era filha de Jacintho Pereira do Rego, político brasileiro, presidente da província do Amazonas entre 1867 e 1868<sup>2</sup>, e de Maria dos Prazeres Jorge Barros Rego. Maria Albertina era, pelo que consta, filha única do casal<sup>3</sup>. A outra publicação pessoal de Albertina a que tive acesso foi a notícia dos proclamas de seu casamento com Francisco Phaelante da Camara Lima, Bacharel em Direito e sócio do Club Ceará Livre (JORNAL DO RECIFE, ed 19, 1888, p. 2).

Isabel Mendes Peres, 2ª secretária da Ave Libertas, era filha do Sr. Manoel Carpinteiro Peres, grande comerciante e um dos sócios beneméritos presente na sessão de fundação desta sociedade. O Sr. Carpinteiro Peres alforriou, nesta primeira sessão da Ave Libertas, um de seus escravizados, Martiniano, cearense (JORNAL DO RECIFE, ed 92, 1884, p. 2).

Como podemos compreender pela pequena apresentação destas três sócias que compuseram a primeira mesa diretora da Ave Libertas, e de acordo com o afirmado por Angela Alonso (2011, p. 186), havia uma preponderância da presença

<sup>2</sup> Galvão, Miguel Archanjo (1894). *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. p. 48.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://gw.geneanet.org/cfmeira?lang=en&pz=fernando+gallotta+de+meira&nz=ins&p=maria+albertina+pereira+do&n=regu>

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

de mulheres abastadas no movimento abolicionista no Brasil. Até mesmo nas notícias da época, a fundação da Ave Libertas foi descrita como uma reunião de “algumas senhoras da elite” da sociedade recifense (JORNAL DO RECIFE, ed 96, 1884, p.2). No entanto, Wladimir Silva e Maria Renilda Barreto (2014, p. 51) defendem que havia também a presença de mulheres das classes média e das mais desfavorecidas no abolicionismo brasileiro. Um exemplo citado pelos autores é Leonor Porto, a tesoureira da primeira mesa diretora da Sociedade Ave Libertas.

Nascida como Leonor Jorge Bastos<sup>4</sup>, no dia 17 de dezembro de 1840, na cidade do Recife, Leonor era filha de Fortunato Pereira da Fonseca Bastos, recifense, e Carolina Leopoldina Jorge Bastos, lisboeta. Leonor passa a ter o sobrenome “Bastos dos Santos Porto” após o casamento com o português portuense António Augusto dos Santos Porto. A primeira referência em periódicos recifenses a D. Leonor Porto data de 1873 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 8, 1873, p. 3). Faz referência à sua participação em uma festividade da Igreja Católica, juntamente com algumas mulheres pertencentes à elite local, como por exemplo Adelaide Pinto de Lemos, filha do Comendador João Pinto de Lemos<sup>5</sup>. O casal Leonor e António teve nove filhos, sendo três filhas também pertencentes à Sociedade Ave Libertas: Adelaide Porto da Silveira, Leonor Porto de Castro e Albertina Porto de Oliveira.

À parte a referência de 1873, D. Leonor Porto aparece, a partir do ano de 1879, como modista e costureira, em diversos periódicos do Recife. Seu esposo figura, a partir de 1880, em diversos anúncios em periódicos da mesma cidade como administrador de uma casa de bilhetes de loteria, a Casa Feliz, situada na Praça da Independência, atualmente conhecida como Praça do Diário, no bairro de Santo Antônio.

---

<sup>4</sup> Consulta em site genealógico. Acesso em 26 maio 2020. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Leonor-dos-Santos-Porto/6000000001977544268>.

<sup>5</sup> Consulta à página genealógica “Famílias Sertanejas”. Acesso em 29 março 2022. Disponível em: <https://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=36490>.

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

De acordo com Alcileide Cabral do Nascimento e Noemia da Luz (2012, pp. 130-131), Leonor Porto não era proveniente de nenhuma família de posses ou de renome de Pernambuco, o que parece se confirmar, pelas ocupações dela e de seu marido. Além disso, o pai de Leonor, Fortunato Bastos, foi citado em diversos anúncios do Diário de Pernambuco, nos anos de 1852 e 1853, como dono de uma loja de miudezas e vendedor de bilhetes de loterias. Portanto, a família de Leonor Porto não vinha de uma linhagem abastada, mas sim de uma família de comerciantes de pequeno ou médio porte.

As primeiras referências a Leonor Porto ligadas ao movimento abolicionista datam de 1884 e surgem no contexto da divulgação das reuniões da Sociedade Ave Libertas. Durante o primeiro semestre de 1884, Leonor Porto exerceu a função de tesoureira da Sociedade Ave Libertas, como vimos. Após esse período, a partir de agosto de 1884, Leonor Porto passou a exercer a função de presidente da associação abolicionista feminina, sendo eleita e reeleita até a sua dissolução, em 1888.

À despeito desse passado como ativista, após a abolição, Leonor Porto passou a se dedicar novamente às suas atividades mais corriqueiras, como o ofício de modista e costureira e a devoção à Igreja Católica, não se envolvendo diretamente em ações políticas. Após a morte de seu marido, em 1891, vítima de “sofrimentos cardíacos” (JORNAL DO RECIFE, ed 102, 1891, p. 2), Leonor se divide entre o seu ofício e as viagens ao Rio de Janeiro, onde residiam alguns de seus filhos e netos. Leonor decidiu se mudar de forma definitiva para a capital da República em 1897, constituindo leiloeiro para os seus objetos e mobília (JORNAL DO RECIFE, ed 43, 1897, p. 1). A modista embarcou para o Rio de Janeiro, via Bahia, em 15 de abril de 1897 (JORNAL DO RECIFE, ed 86, 1897, p. 3).

Na edição 32 do Jornal do Recife de 8 de fevereiro de 1901, noticiou-se a morte de D. Leonor Porto, ocorrida no dia 6 de fevereiro deste ano, aos 60 anos de idade. Não é noticiada a causa da sua morte. Para homenagear Leonor, logo após o

#### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

seu falecimento, no âmbito das comemorações pela Abolição, em maio de 1902, renomeia-se uma rua: a Rua da Conquista, no bairro da Soledade, passa a ser denominada rua D. Leonor Porto (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 107, 1902, p. 1). Da mesma forma, uma escola também foi renomeada com seu nome, datando a primeira referência a ela de 1919 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 118, 1919, p. 3). A escola se situava no Recife, na rua Padre Floriano, nº80, e era mantida pela Liga Pernambucana contra o Analphabetismo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 17, 1922, p. 4).

Retornando à análise da Sociedade Abolicionista Ave Libertas, para compreendê-la melhor, se faz necessário o estudo de alguns pontos de seu estatuto. O estatuto da Sociedade Ave Libertas está dividido em dez sucintos títulos e tinha, logo no artigo 1º, parágrafo 1º

Art 1º - Fica criada no Recife uma associação abolicionista com a denominação de Sociedade Ave Libertas, cujos fins são:

§1º - Promover a libertação de todos os escravos do município do Recife por todos os meios *lícitos e legais* ao seu alcance. [grifo meu] (FERREIRA, 1999, p. 205).

Portanto, em sua maior diretriz, as sócias do Ave Libertas, no primeiro artigo, quiseram enfatizar que não utilizariam meios ilegais em prol da abolição. No parágrafo 2º deste mesmo artigo, as associadas estabeleceram como finalidade proteger os escravizados contra maus tratos, castigos e torturas por meios “brandos e suasórios” (FERREIRA, *ibidem*), isto é, persuasivos.

No título IX, as abolicionistas expuseram o meio pelo qual pretendiam alcançar o seu principal objetivo, qual fosse libertar cativos: a compra de suas alforrias. As sócias estabeleceram a quantia máxima a pagar por cada escravizado – 100\$000 - e a preferência a ser dada àqueles já inscritos em outras sociedades para serem libertados.

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

No segundo título, no qual as senhoras da Ave Libertas determinam quem fará parte da sociedade. As sócias foram divididas em três categorias distintas: efetivas, honorárias e benfeitoras. Vejamos quem seriam as sócias efetivas: “Art 2º - São sócias *as senhoras de família* da cidade do Recife e subúrbios que se inscreverem em um livro adaptado da Sociedade ou que foram propostas pelas sócias efetivas [grifo meu]”.

Ao lermos o artigo, fica claro que a associação era realmente exclusivamente feminina. Chama a atenção a expressão “de família”. De acordo com Luzilá Ferreira (199, p. 85), o objetivo dessa expressão seria “instalar nos espíritos o respeito e a dignidade com que agiriam aquelas mulheres”. Não podemos esquecer que estas senhoras estavam saindo do lugar de ação que a sociedade tinha estabelecido para elas: a esfera do privado. Portanto, era importante deixar claro que eram mulheres “dignas, respeitáveis” devido aos ataques públicos que poderiam sofrer. E, no fim do século XIX, a dignidade das mulheres estava ligada à sua vida em família, ao cumprimento de sua função social primordial: o de ser uma “mulher de família”, esposa, mãe, filha, servindo assim aos homens de sua convivência.

No parágrafo 2º do artigo 3º, fica estabelecido que as sócias honorárias seriam aquelas que a sociedade quisesse homenagear pelos seus serviços. Já as sócias benfeitoras seriam aquelas que libertassem gratuitamente um ou mais escravizados que estivessem sob o seu jugo. Também seria considerada sócia benfeitora aquela que doasse para a sociedade um valor igual ou maior a 100 mil réis. O parágrafo 4º estabelece que tanto o título de sócio honorário quanto o de benfeitor poderia ser concedido a homens.

Após a consolidação de seu estatuto, a Sociedade Abolicionista Ave Libertas pôde se dedicar às ações que a fariam ser considerada uma das mais importantes e destacadas associações abolicionistas da cidade do Recife. Durante os anos de seu funcionamento, são relatados diversos eventos e espetáculos em que a sociedade

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade



participou, seja como organizadora principal, seja apadrinhada por outras sociedades, que reservaram uma parte do benefício (assim denominava-se o lucro desses eventos, devido a sua finalidade filantrópica) para a Ave Libertas. Nos ateremos a três eventos da trajetória da Ave Libertas, eventos estes em que a associação configura como a principal organizadora, realizados nos anos de 1884 e 1885.

O primeiro grande evento em benefício da Ave Libertas e em que suas sócias constam como organizadoras foi a *soirée*<sup>6</sup> dramática que ocorreu no Teatro Santo Antônio. A abertura estava a cargo novamente da orquestra do Club Thomaz Cantuaria, seguida da montagem de “A Honra na Miséria ou O Crime da Opulência”. A peça, de autoria de Tito Cardoso de Oliveira, seria encenada por amadores. A *soirée* prosseguia com a recitação de um poema de autoria de Affonso Olindense, intitulado “Ave Libertas” e recitado por João C. Ribeiro. Para fechar, haveria a apresentação de uma cena cômica pelo ator denominado Lyra. Os intervalos seriam de responsabilidade da “banda do corpo de polícia”, os bilhetes não teriam preço estipulado e uma comissão de sócias da Ave Libertas iria cumprimentar os convidados dos camarotes durante o evento (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 137, 1884, p. 5).

A primeira sessão do evento ocorreu em 20 de junho de 1884. Na edição 147 do Diário de Pernambuco, publicada no dia 28 de junho, publicou-se uma nota assinada por “muitos abolicionistas” pedindo que a sessão fosse repetida. Apesar desse pedido, os números deixam claro o prejuízo da Ave Libertas, ou seja, ao invés de arrecadar, a sociedade teria que pagar pelo espetáculo a quantia de 87\$680 réis. O prejuízo só não foi total devido à entrega de duas cartas de alforria durante o intervalo da primeira sessão (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 151, 1884, p.3):

---

<sup>6</sup> Serão; espetáculo que acontece à noite, por oposição à *matiné*. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/soir%C3%A9>



foram libertas Epiphania e Joaquina, escravizadas respectivamente por D. Maria Brigida Guimarães e pelo Sr Manoel do Nascimento Burlamaqui.

A segunda sessão da soirée foi realizada em 13 de julho de 1884 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 158, 1884, p. 5). De acordo com nota publicada no Jornal do Recife no dia 15 de julho, o evento foi um sucesso de público: o teatro encontrava-se lotado. Todo o programa foi executado sem imprevistos e com muita receptividade dos espectadores. Com o montante das “esmolas recolhidas”, a Ave Libertas concedeu três cartas de alforria a três mulheres escravizadas, das quais a notícia não traz os nomes.

A seguir, o evento de maior destaque foi o que as sócias da Ave Libertas intitularam de “festival abolicionista”. O evento foi organizado em comemoração à conquista da sede própria da Sociedade Ave Libertas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 206, 1884, p. 4), instalada, em setembro de 1884, na Rua Larga do Rosário, nº22, 2º andar, bairro de Santo Antônio. O programa do evento era dividido em duas partes: uma sessão literária, no qual discursariam alguns abolicionistas convidados, seguida de um concerto musical. A “festa abolicionista” (JORNAL DO RECIFE, ed. 207, 1884, p. 1) seria encerrada com a entrega de 20 cartas de alforria. A diretoria emitiu nota, convidando o público em geral, “em especial as famílias” da cidade para comparecer ao festival, que ocorreria no dia 8 de setembro, às 10h da manhã, no Teatro Santa Isabel (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 202, 1884, p. 4).

O evento foi realizado, como previsto, no dia 8 de setembro de 1884 (JORNAL DO RECIFE, ed. 208, 1884, p. 1). A solenidade começou pela posse da nova diretoria, eleita em agosto, seguida de um discurso da nova presidente, Leonor Porto, e da entrega por ela das 20 cartas de alforria, mudando aqui a ordem comum desses eventos, que costumavam guardar a entrega das cartas para o final. A posse da mesa diretora foi seguida pela nomeação de Antônio Faria e Elias Pompílio como

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

sócios beneméritos da sociedade. Seguiu-se o concerto musical, concatenado com discursos e sessão literária. Diversos oradores de várias associações se fizeram presentes, com destaque para Phaelante da Câmara, membro do Club Ceará Livre.

A festa teve fim às 15h30, tendo arrecadado o valor de 263 mil e 500 réis para a causa, soma bastante significativa. A notícia afirma que o teatro estava lotado, contando com a participação de muitas mulheres na plateia. Somando essa informação ao valor arrecadado, podemos afirmar que o evento foi um sucesso, já que as organizadoras atingiram dois de seus objetivos, firmados no seu estatuto: o financiamento do maior número de alforrias possível e a disseminação da causa abolicionista, especialmente entre as mulheres recifenses.

Em 1885, os eventos se iniciaram com a comemoração do primeiro aniversário da abolição da escravização no Ceará. A “grande festa” ou “o grande festival”, como foi noticiado, foi organizado pelas sócias da Ave Libertas para acontecer no dia 25 de março. O evento começou já na alvorada, com uma salva de vinte e um tiros que anunciou o passeio cívico realizado ao som da banda musical da Sociedade 28 de Setembro. O passeio seguiu até a Matriz de Santo Antônio, para o segundo ato desta grande celebração: a benção do estandarte da Ave Libertas, realizada às 10h da manhã pelo Bispo Diocesano D. José. Tratava-se do 21º bispo do Recife, D. José Pereira da Silva Barros<sup>7</sup>.

Após a solenidade católica, a procissão prosseguiu até o Teatro Santa Isabel. A solenidade foi aberta ao público, sem venda de bilhetes, e contou com a presença de diversas sociedades abolicionistas, dentre as quais a já mencionada Sociedade 28 de Setembro, além do Club Libertador Ferreira França, o Club Carlos Gomes, assim como integrantes da Sociedade Nova Emancipadora e do Club do Cupim. O evento em questão também contou com a presença da imprensa e, dentre os espectadores, de muitas mulheres que não eram sócias da Ave Libertas e do público em geral. A

---

<sup>7</sup> <https://www.arquidioceseolindarecife.org/historia/>

notícia que descreveu o evento cita que “ao meio dia se iniciou a sessão magna no teatro, em presença de um crescidíssimo número de circunstantes que excedia visivelmente o da lotação do edifício” (JORNAL DO RECIFE, ed 70, 1885, p.1). Durante a festa, foram entregues 59 cartas adquiridas pela Comissão Redemptora, seguidos pelos 8 títulos conseguidos pela Sociedade 28 de Setembro e, por último, entregaram-se as 11 alforrias obtidas pela Sociedade Ave Libertas.

Ao analisar o estatuto e a trajetória da Sociedade Abolicionista Ave Libertas, podemos concluir que a atuação da referida sociedade remete a um conjunto de ações específicas cujo principais objetivos eram difundir a causa abolicionista, justificar a presença feminina neste movimento social e angariar recursos para obter o pecúlio do máximo de escravizados que pudessem ajudar.

No que diz respeito ao abolicionismo no Império do Brasil, a organização de eventos beneficentes e propagandísticos, de acordo com Celso Castilho (2012, p. 325-343), foi uma prática de propaganda comum. Quanto a estes eventos, Angela Alonso (2012a, p. 105) os refere como conferências-concerto. Segundo a autora, havia uma ordem mais ou menos pré-determinada de práticas a serem cumpridas pelos organizadores, uma “cartilha” a ser seguida. Estas práticas ritualizadas teriam sido instituídas por José do Patrocínio, líder da Confederação Abolicionista<sup>8</sup> no Rio de Janeiro. Segundo Alonso,

Cristalizava-se a fórmula mater da propaganda na primeira metade dos anos de 1880: misto de espetáculo e comício, estratégia de persuasão e de financiamento, as conferências-concerto. A sede dos eventos impactou o *estilo* da propaganda. O teatro deu a linguagem para exprimir e ritualizar o proselitismo abolicionista. A preparação das conferências-concerto tomava a semana. A *Gazeta da Tarde* anunciava programa, decoração e artistas do próximo domingo. Em vez de misturar abolicionismo e religião, à moda ianque, a ACE os distinguiu, com horário pós-missa e

---

<sup>8</sup> A Confederação Abolicionista foi um grupo criado por José do Patrocínio em 11 de agosto de 1883 e tinha como principal objetivo estabelecer uma rede entre as associações abolicionistas, dispersas por todo o Império do Brasil. A ideia era articularem ações conjuntas e utilizarem as mesmas formas de propaganda para o movimento abolicionista (LIMA, 2022, p. 50).

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

almoço, o meio-dia. Assim podiam ir as senhoras, sem prejuízo das obrigações tradicionais (ALONSO, 2012a, p. 107).

Ao analisarmos as conferências-concerto supracitadas, vemos que a cartilha de José do Patrocínio foi seguida por esta associação. Havia, portanto, uma forma, práticas específicas a serem adotadas pelos organizadores de eventos de cunho abolicionista, formando, assim, um repertório.

O conceito de repertório foi elaborado pelo historiador, sociólogo e cientista político estadunidense Charles Tilly. Sobre o conceito de repertório, Tilly afirma que

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata [...]; eles emergem da luta. [...]. Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995 *apud* ALONSO, 2012b, p.26).

Portanto, para este historiador estadunidense, repertório seria um conjunto de rotinas ou ações especificamente escolhidas de acordo com os hábitos, costumes, tradições, memórias, convenções, em suma, de acordo com a cultura de cada grupo que compõe um movimento social. As manifestações seriam postas em prática e aquelas eficazes “sobreviveriam” e formariam o repertório de confronto de um dado movimento. Isto é, as manifestações populares e de associações e sociedades abolicionistas foram baseadas em um conjunto limitado e específico de rotinas.

Ao analisar a atuação destas mulheres, vimos que as sócias da Ave Libertas se preocuparam, desde o início, em se dissociarem da atuação clandestina de alguns membros do abolicionismo recifense, atuação esta impulsionada pela radicalização do movimento a partir de 1884. Essa radicalização ocorreu após a abolição da escravização na província do Ceará, em 25 de março de 1884. Foi este fato que incorreu na divisão dos membros e membras da Sociedade Nova Emancipadora, divisão esta que proporcionou a criação de duas novas sociedades, sem, no entanto,

#### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

haver a dissolução da primeira: A Sociedade Ave Libertas e o Club do Cupim. A primeira concentrou mulheres abolicionistas que, já no seu estatuto, deixam nítido que a atuação da associação respeitaria a legalidade. Já o Club do Cupim, atuante a partir de outubro de 1884, era uma associação secreta e que atuava, preferivelmente, para não dizer exclusivamente, nas ações ilegais do movimento abolicionista, especialmente na intermediação de fugas dos escravizados para a província livre do Ceará.

O Club do Cupim era uma associação mista, ou seja, formada por homens e mulheres. E, apesar de as sócias da Ave Libertas anunciarem em seu estatuto que não desrespeitariam a legalidade, algumas delas também eram atuantes da associação clandestina Club do Cupim:

Como verdadeira traça foi carcomendo, estragando as traves do edifício negro o célebre ‘Club do Cupim’, que foi um grande exército de abnegados. Dele faziam parte milhares de combatentes: José Marianno, (...), Phaelante da Camara, (...). Nem as senhoras ficaram inativas: *para melhor meio de ação fundaram a Sociedade Ave Libertas*, que teve em seu seio, entre outras senhoras notáveis, Albertina Pereira do Rego (...); Leonor Porto, [que] sacrifica os seus interesses, põe o seu atelier de costuras e a sua competência profissional ao serviço desta causa; e contam que muitas vezes a sua habilidade disfarçava alentado molecote em veneranda matrona que conduzida pelo braço de algum membro do citado Club chegava ao cais e (...) embarcava, fugindo (...) para a terra da Luz, em busca da liberdade” (JORNAL DO RECIFE, ed 136, 1917, p. 1) [grifo meu].

Portanto, apesar do repertório da Sociedade Ave Libertas não coadunar com as ações ilegais contra a escravização, nomeadamente a fuga de escravizados, algumas de suas sócias, nomeadamente Albertina do Rego e Leonor Porto, conciliavam as ações “brandas e suasórias” com a radicalidade que desrespeitava o direito à propriedade privada, já tão caro à sociedade brasileira. Além de usar seus dotes de costura e modista para disfarçar adolescentes escravizados jovens como moças, outra contribuição de Leonor Porto ao Club do Cupim era esconder escravizados fugidos em sua casa, até que a rede clandestina pudesse estabelecer um

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

plano de fuga seguro para o escravizado (JORNAL DO RECIFE, ed 128, 1914, p. 3) e (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 109, 1938, p. 6).

No entanto, sob a capa da legalidade, as sócias da Ave Libertas concentravam seu repertório na angariação de pecúlio para a compra das alforrias do maior número de escravizados possível. Se dedicavam também à negociação direta com os senhores de escravizados, para estabelecer um preço factível, acessível aos fundos da sociedade. Negociavam, ainda, a libertação sem pecúlio, apelando para os argumentos da caridade cristã e da inexorabilidade da extinção da escravidão. Apelavam, ainda, para a mudança de paradigma social, em que os escravocratas passaram a ser vistos como retrógrados, atrasando o avanço do país para um patamar civilizatório e de progresso. E, a despeito do caráter laico do abolicionismo brasileiro, vimos que as sócias da Ave Libertas ainda incluíram a participação católica na comemoração de um ano da libertação do Ceará. Visto que algumas de suas sócias eram membras ativas de eventos da Igreja Católica e de suas irmandades, esta aproximação pode ter se dado por ser uma associação composta por mulheres.

Neste artigo, procuramos trazer essas mulheres à baila, tirá-las do obscurantismo da historiografia. Como vimos, de todas as mulheres que participaram da Sociedade Ave Libertas, apenas Leonor Porto teve algum reconhecimento, por ser a líder da associação. Pretendemos, portanto, diversificar e ampliar a análise dos atores sociais do abolicionismo recifense, demonstrando a importância e a liderança feminina na vida política do Recife, dentro do primeiro movimento social da nossa história. Embora tenhamos conseguido avançar alguns passos, ainda há muito a percorrer. Ainda falta. Ainda há muitas mulheres a descortinar, a retirar do ostracismo historiográfico.

## REFERÊNCIAS

### ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set/dez 2011, pp. 166-199.

\_\_\_\_\_. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 2, nov 2012a, pp. 101 – 122.

\_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia** [online], v. 2, n. 3, jun 2012b, pp. 21-41.

CASTILHO, Celso. “Ao teatro, pelos cativos!”: uma história política da abolição no Recife. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson (Org.). **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 325-343.

\_\_\_\_\_. O '25 de março' e a radicalização dos embates abolicionistas no Recife. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI**, 2011. São Paulo. *Anais...*São Paulo: ANPUH, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287 p.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 8, 11 de janeiro de 1873, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 91, 20 de abril de 1884, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 119, 24 de maio de 1884, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 137, 15 de junho de 1884, p. 5.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 147, 28 de junho de 1884, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 151, 3 de julho de 1884, p.3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 158, 11 de julho de 1884, p. 5.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 202, 2 de setembro de 1884, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed. 206, 6 de setembro de 1884, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 107, 13 de maio de 1902, p. 1.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 118, 5 de maio de 1919, p. 3.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 17, 20 de janeiro de 1922, p. 4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, ed 109, 11 de maio de 1938, p. 6.

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade



FERREIRA, Luzilá Gonçalves et al. **Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravidão no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

JORNAL DO RECIFE, ed 92, 22 de abril de 1884, p. 2.

JORNAL DO RECIFE, ed 96, 26 de abril de 1884, p.2.

JORNAL DO RECIFE, ed. 126, 1º de junho de 1884, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed. 207, 7 de setembro de 1884, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed. 208, 8 de setembro de 1884, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed 216, 19 de setembro de 1884, p.1.

JORNAL DO RECIFE, ed 70, 25 de março de 1885, p.1.

JORNAL DO RECIFE, ed 19, 24 de janeiro de 1888, p. 2.

JORNAL DO RECIFE, ed 102, 7 de maio de 1891, p. 2.

JORNAL DO RECIFE, ed 43, 23 de fevereiro de 1897, p. 1.

JORNAL DO RECIFE, ed 86, 18 de abril de 1897, p. 3.

JORNAL DO RECIFE, ed 128, 13 de maio de 1914, p.3.

JORNAL DO RECIFE, ed 136, 20 de maio de 1917, p. 1.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. Liberdade, transgressão e trabalho: cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 5, n. 1, jan-jul., 2012, pp. 126-149.

SILVA, Wladimir Barbosa; BARRETO, Maria Renilda N. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. **Revista da ABPN**, vol. 6, n. 14, jul-out 2014, pp. 50-62.

### **ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:**

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade